

24-02-2012

-----ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO
CONCELHO DE ODEMIRA, REALIZADA NO DIA VINTE E QUATRO DE FEVEREIRO
DO ANO DE DOIS MIL E DOZE:-----

----- Ao vigésimo quarto dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e doze, realizou-se no salão do Centro Sociocultural de Vale de Santiago, na freguesia de Vale de Santiago, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, presidida pela senhora Natália Maria Rocha de Brito Pacheco Cabecinha, Presidente da Assembleia Municipal, secretariada pelo senhor Amâncio Francisco Mendes da Piedade (Primeiro Secretário), e convocada pela primeira ao abrigo do número um do artigo quadragésimo nono e da alínea b) do número um, do artigo quinquagésimo quarto da Lei número cinco A, barra dois mil e dois, de onze de janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro, conjugado com o disposto na alínea b) do número um do artigo décimo quarto do respectivo Regimento, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

----- I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO: -----

----- II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

----- **Ponto um:** Apreciação e aprovação da Ata da Sessão Ordinária de 16/12/2011; -----

----- **Ponto dois:** Apreciação de Expediente; -----

----- **Ponto três:** Apreciação de assuntos de interesse para o concelho: -----

----- a) Relatório Anual de Atividades da CPCJ de Odemira de 2011 e Plano Anual de Atividades para 2012.-----

----- III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

----- **Ponto um:** Cumprimento do disposto na alínea e) do nº1 do art. 53º da Lei n.º 169/99 de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei N.º 5-A/2002 de 11/01: apreciação; -----

----- **Ponto dois:** 1ª Modificação Orçamental - 2012: 1ª Revisão ao Orçamento da Despesa; 1ª Revisão ao Orçamento Receita; 1ª Revisão ao Plano de Atividades Municipal (PAM); 1ª

24-02-2012

Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI): apreciação e deliberação;-----

-----**Ponto três:** Alteração ao Protocolo de Delegação de Competências da Câmara Municipal de Odemira na Junta de Freguesia de Luzianes-Gare: apreciação e deliberação;-----

-----**Ponto quatro:** Proposta nº 3/2012 P - Adicional aos Protocolos de Delegação de Competências da Câmara Municipal nas Juntas de Freguesia de S. Teotónio e Vila Nova de Milfontes: apreciação e deliberação;-----

-----**Ponto cinco:** Proposta nº.4/ 2012 P - Atribuição de Medalha Municipal de Mérito a José Joaquim Costa Poeira: apreciação e deliberação;-----

-----**Ponto seis:** Proposta nº. 5/ 2012 P - Atribuição de Medalha Municipal de Mérito a António Martins Quaresma: apreciação e deliberação;-----

-----**Ponto sete:** Regulamento da Componente de Apoio à Família: apreciação e deliberação;-----

-----**Ponto oito:** Proposta de normas de funcionamento do Conselho Municipal de Desenvolvimento Económico: apreciação e deliberação.-----

----- **ABERTURA DA SESSÃO** -----

-----Pelas vinte e uma horas a senhora Presidente da Assembleia Municipal declarou, nos termos da Lei, aberta a sessão e, depois de saudar os presentes, passou a palavra ao Primeiro Secretário que procedeu à chamada, tendo-se verificado, após algumas chegadas mais tardias, a presença de trinta e três membros da Assembleia Municipal a saber, os senhores Abílio José Guilherme Béjinha, Alberto José Branquinho Beijinha, Amâncio Francisco Mendes da Piedade, Ana Maria de Miranda Nazaré Loureiro, António Carlos Ramos Ruas Gonçalo Ventura, Cláudia Isabel Neves Pacheco da Silva, Dário Filipe da Conceição Guerreiro, Dinis Manuel Campos Nobre, Eduardo Abrantes Francisco, Fernando Manuel Martins da Silva Peixeiro (Tesoureiro da Junta de Freguesia de Santa Clara-a-Velha, em substituição do senhor José Vieira Ramos, Presidente daquela Junta de Freguesia), Florival Matos Silvestre, Hélder Ledo

24-02-2012

António, Helena Maria Theodora Loermans, Idálio Manuel Guerreiro Gonçalves, Joana Nunes Cortes de Matos Figueira, João Miguel Nobre Rebelo dos Reis, João Palma Quaresma, José da Silva Valério, José Gabriel Rodrigues Opanashchuk Lourenço, José Júlio Rosa de Oliveira, José Manuel dos Reis Guerreiro, Manuel António Dinis Coelho, Manuel de Matos Sobral Penedo, Manuel Inácio Dias Pereira, Manuel José Pereira Guerreiro Martins, Maria Luísa Vilão Palma, Mário Manuel Lourenço da Silva Santa Bárbara, Mário Neves Páscoa Conceição, Natália Maria Rocha de Brito Pacheco Cabecinha, Nazário Duarte Viana, Paulo Jorge Dias Reis, Sónia Alexandra Martins Raposo e Vanda Maria dos Santos Benito da Silva Ribeiro, a ausência dos senhores Humberto Inácio da Encarnação, Presidente da Junta de Freguesia de Salvador, Leonel Nunes Rodrigues, Presidente da Junta de Freguesia de Pereiras-Gare, Manuel Amaro Freire Marreiros Figueira, Márcia Cristina Viana Silva Inácio e Paula Cristina dos Santos Custódio.-----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal deu as boas vindas à senhora Ana Maria Loureiro, eleita pela Bloco de Esquerda que veio substituir o senhor Carlos Carvalho que renunciou ao mandato de membro da Assembleia Municipal.-----

-----Do Executivo da Câmara Municipal de Odemira, estiveram presentes os senhores José Alberto Candeias Guerreiro, Presidente da referida Câmara Municipal, Hélder António Guerreiro, Sónia Isabel Nobre Correia e Ricardo Filipe Nobre de Campos Marreiros Cardoso, Vereadores eleitos pelo Partido Socialista e Cláudio José dos Santos Percheiro, Vereador eleito pela Coligação Democrática Unitária.-----

-----Reportando-se às faltas registadas nas sessões ou reuniões anteriores verificou-se que, à sessão ordinária que se realizou no dia dezasseis de dezembro do ano transato, não justificou a falta o senhor Leonel Nunes Rodrigues, Presidente da Junta de Freguesia de Pereiras-Gare. Quanto à reunião do Grupo de Trabalho sobre a Reforma da Administração Local realizada no dia dezoito de janeiro do corrente ano, não havia justificado a falta o senhor Carlos Manuel

24-02-2012

Simões Carvalho. -----

-----Por último, relativamente à sessão extraordinária que se realizou no dia vinte e sete de janeiro do corrente ano não tinha justificado a falta o senhor Carlos Manuel Simões Carvalho.--

-----Ainda antes de se iniciar o tratamento dos assuntos agendados para a presente sessão, a senhora Presidente da Assembleia Municipal agradeceu ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Santiago, a amabilidade em receber a Assembleia Municipal, naquela localidade e, bem assim, convidou-o a integrar a Mesa daquela reunião. -----

----- **I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:**-----

-----Interveio o senhor José Nazaré, residente na Zambujeira do Mar, que perguntou se os membros da Assembleia Municipal tinham lido os *e-mails* que ele tinha enviado no final do ano transato para a Assembleia Municipal, sobre reflexões relativas ao concelho de Odemira, designadamente sobre o projeto “Hortas do Mira”, o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina e o Perímetro de Rega do Mira. Perguntou ainda se os últimos vinte anos tinham sido tão produtivos para continuarem a planear “Hortas do Mira”.-----

-----Interveio a senhora Presidente da Assembleia Municipal que informou que os *e-mails* enviados pelo senhor José Nazaré no final do ano passado tinham sido reencaminhados para conhecimento dos senhores representantes das forças políticas e restantes membros da Mesa da Assembleia Municipal, procedimento que deu a conhecer ao município pela mesma via no dia três de janeiro do corrente ano. Disse ainda que naquela data foi-lhe igualmente comunicado o modo como poderia participar nas sessões deste órgão, no entanto, no dia sete de janeiro o senhor José Nazaré voltou a reencaminhar todos os *e-mails* que já havia enviado. -----

-----Interveio o senhor José Manuel Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio, que informou que partilhava de alguma preocupação expressada nos *e-mails* enviados pelo senhor José Nazaré, designadamente referente à questão dos emigrantes, lembrando que por diversas vezes a Junta de Freguesia de São Teotónio alertou quem de

24-02-2012

direito para o excessivo número de emigrantes naquela freguesia, especialmente cidadãos búlgaros e, bem assim, para a existência de muitos emigrantes que não trabalhavam e passavam os dias na rua. Disse ainda que as entidades alertadas tinham informado a Junta de Freguesia que pouco poderia ser feito, porque existia o pacto de livre circulação de pessoas dentro da Comunidade Europeia, o que o deixava bastante preocupado. -----

----- Informou ainda que a sua Junta de Freguesia tinha um acordo com o Centro de Emprego de Sines para apresentação quinzenal dos desempregados e no ano transato tinham cerca de seis mil e treze apresentações, sendo metade referentes a cidadãos estrangeiros.-----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que também tinha recebido os *e-mails* do senhor José Nazaré e lamentou que ao longo da reflexão efetuada fossem referidos os autarcas e eleitos do concelho de Odemira de uma forma desajustada, com a qual não se revia. Disse ainda que os autarcas da Câmara Municipal sempre tentaram desenvolver o território com base nas suas potencialidades e condicionantes e nunca apadrinharam qualquer solução e, bem assim, referiu que desde que os projetos agrícolas abordados pelo senhor José Nazaré surgiram no concelho, o papel dos autarcas de Odemira era de acompanhar o desenvolvimento dos mesmos e não incentivar algum tipo de práticas menos corretas. -----

----- Informou ainda que até à implantação da Odefruta no concelho, as práticas agrícolas eram apenas tradicionais e nem o Estado Português nem a autarquia de Odemira, conheciam aqueles novos métodos de agricultura intensiva. Nesse sentido, considerou que a Odefruta tinha de alguma forma aberto horizontes em Odemira em relação àquele tipo de agricultura e, bem assim, tinha lançado o nome de Odemira no plano agrícola a nível nacional e internacional, lamentando que o projeto inicial tenha sido desvirtuado e tenha fracassado.-----

----- Atualmente considerou que no Litoral Alentejano, a Câmara Municipal tem vindo cada vez a mais a ser descompensada das suas responsabilidades, porque era chamada para a

24-02-2012

recolher o lixo, limpar as praias, entre outras, mas não reconheciam o Município competente para analisar determinado tipo de licenciamentos. -----

-----Relembrou também que no Litoral Alentejano existia o Perímetro de Rega do Mira, com infraestruturas criadas há muitos anos, num investimento do Estado Central que potenciou uma série de atividades em torno da água. Relembrou ainda que aquela água oriunda da barragem de Santa Clara-a-Velha permitiu entre outras coisas, a prática agrícola em terras arenosas e quase improdutivas e, nesse sentido, a Associação de Beneficiários do Mira tinha de efetuar a gestão dos canais, gerindo a água que a população bebia em articulação com a água utilizada na prática agrícola. -----

-----Considerou por esse facto que era importante equacionar a nível de política nacional que tipo de prática agrícola pretendiam ter. Referiu ainda que a prática agrícola tradicional era diminuta, não estava organizada e tinha uma escassa relevância no concelho; no entanto, também não defende a agricultura intensiva sem regras, e com ela se estrague o território. Disse ainda que defende o equilíbrio entre aquelas duas equações, que é difícil de alcançar, mas não impossível, assim como, o era na pesca e no turismo. Referiu também que era importante monitorizar as atividades desenvolvidas no território e, nesse sentido, os cinco municípios do Litoral Alentejano tinham apostado no projeto GISA que tinha por objetivo monitorizar a poluição do ar, da água doce e salgada e dos solos em toda a faixa litoral durante dois anos. Disse ainda que o Município de Odemira tem vindo a alertar as entidades responsáveis das preocupações da população do concelho, em termos de descargas no meio hídrico, de utilização de determinados produtos, da criação intensiva de gado em algumas zonas, entre outros fatores que eram difíceis de analisar, mas que também contribuíam para o desequilíbrio no território. --

-----Por último, referiu que não era contra as “Hortas do Mira”, porque acreditava que num território com cerca de dez mil hectares em Perímetro de Rega do Mira era possível ter uma dezena de projetos dessa natureza, desde que existissem fora do Parque Natural e

24-02-2012

estivessem bem estruturados e monitorizados. Disse ainda que aqueles projetos deveriam previamente ser objeto de um estudo de impacte ambiental, devidamente sustentado e deveriam criar emprego para os cidadãos do concelho e utilizar os recursos naturais existentes, repondo as condições mínimas obrigatórias.-----

-----Revelou ainda que a maioria das explorações existentes no concelho tinham certificações europeias o que indicava que nem tudo estava incorreto. -----

-----Interveio o senhor Vereador Cláudio Percheiro que, relativamente a este assunto, informou que a Câmara Municipal, numa primeira fase, tinha um projeto de desenvolvimento agrícola para o concelho de Odemira, elaborado por uma empresa espanhola, o qual foi apresentado e reprovado pelos diversos governantes. Informou também que o Plano Diretor Municipal de Odemira inicialmente tinha uma vertente agrícola que foi retirada devido a alterações das condicionantes. Disse ainda que o Plano de Desenvolvimento Integrado do Distrito de Beja tinha também uma componente agrícola sobre o concelho de Odemira, mas nunca foi analisado nem aceite superiormente. Afirmou ainda que segundo o anterior Presidente da Câmara Municipal de Odemira, a autarquia nunca tinha sido consultada relativamente ao Plano Sectorial do Mira e recentemente, também não tinha sido ouvida em relação ao Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina.

-----Disse também que tinha recebido a exposição do senhor José Nazaré quanto às “Hortas do Mira” e relativamente à Odefruta referiu que apesar de sempre ter sido contra aquele projeto, reconhecia que ele tinha despertado as consciências em relação a um novo tipo de agricultura e tinha trazido programas de financiamento próprios (Programa Operacional entre o Mira e Guadiana ou o POMIRA).-----

-----Por último, lembrou que a agricultura não era uma atribuição e competência das autarquias e que estas apenas podiam alertar e denunciar situações. Disse ainda que o Município de Odemira tinha um estudo sobre a situação degradante dos plásticos oriundos da

24-02-2012

agricultura intensiva que apresentou superiormente e até à data não tinha obtido qualquer resposta. -----

-----Quanto à questão dos emigrantes levantada pelo senhor José Nazaré, considerou que havia um problema de acompanhamento daquelas pessoas, bem como, de responsabilização das entidades próprias. -----

-----Não havendo mais intervenções a senhora Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

-----Antes de se iniciar o tratamento dos assuntos agendados para a presente sessão foi deliberado por consenso alterar o título do ponto número oito do Período da Ordem do Dia, ficando o mesmo com o seguinte texto: "Proposta de Criação e Normas de Funcionamento do Conselho Municipal de Desenvolvimento Económico".-----

----- **II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

-----**Ponto um:** APRECIACÃO E APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE DEZASSEIS DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E ONZE: Uma vez que todos os presentes se encontravam de posse de exemplares fotocopiados da ata em epígrafe, previamente enviados com a restante documentação para esta sessão, foi assim dispensada a sua leitura, sendo imediatamente submetida à apreciação. -----

-----Não havendo qualquer intervenção, foi o texto daquela ata colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria, com dezoito votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação "Odemira no Bom Caminho", uma abstenção dos membros eleitos pelo Partido Socialista, uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação "Odemira no Bom Caminho" e uma abstenção do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes trinta e três membros da Assembleia Municipal.-----

-----**Ponto dois:** APRECIACÃO DE EXPEDIENTE: A exemplo das sessões anteriores, embora todos os presentes se encontrassem munidos de fotocópias dos mapas-resumo da correspondência recebida e expedida desde a última sessão ordinária, a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou os respectivos originais à disposição de eventuais interessados, para melhor esclarecimento. -----

-----Não havendo qualquer intervenção, a senhora Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos. -----

-----**Ponto três:** APRECIACÃO DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O CONCELHO: -----

----- a) Relatório Anual de Atividades da CPCJ de Odemira de 2011 e Plano Anual de Atividades para 2012: Foi presente o ofício número trinta e sete, datado de treze de fevereiro do corrente ano, enviado pela senhora Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Concelho de Odemira, referente ao assunto em epígrafe, o qual ficará arquivado no maço de documentos desta sessão.-----

-----Interveio a senhora Presidente da Assembleia Municipal que convidou a senhora Carmo Gamas, Presidente da referida Comissão a apresentar o trabalho desenvolvido pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Odemira. Nesse sentido, sugeriu que o ponto número três começasse por aquela apresentação e posteriormente, passar-se-ia às intervenções dos membros da Assembleia Municipal. -----

-----Interveio a senhora Presidente da Assembleia Municipal que relativamente ao documento apresentado constatou que tinha havido um aumento do número de processos comparativamente com os anos anteriores. Nesse sentido, perguntou se esse aumento se devia a um acréscimo de situações problemáticas ou ao facto da população estar mais desperta para a existência da Comissão e do papel da mesma. -----

-----Interveio a senhora Carmo Gamas que informou que a população estava mais

24-02-2012

sensibilizada e fazia chegar mais sinalizações à Comissão e também tinham registado mais reaberturas de processos em relação aos anos anteriores. Disse ainda que a maioria dos casos era referente a situações de abandono e absentismo escolares e, bem assim, lembrou que a importância que os pais davam à escola ia refletir-se posteriormente nas crianças. -----

-----Interveio o senhor José Gabriel Lourenço, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes, que referindo-se à amostragem por freguesias apresentada relativamente aos processos do ano anterior, em que São Teotónio surgia com trinta e dois casos e Vila Nova de Milfontes com dezassete, considerou que aquele dado era um pouco subjetivo, uma vez que não conheciam o número da população escolar por freguesia e, nesse sentido, não conseguiam saber se haveria uma proporcionalidade entre os casos e a população escolar. -----

-----Disse ainda que, recentemente, tinha recebido um processo, que encaminhou para a Comissão, de um jovem que estavam a acompanhar. No entanto, alertou para o facto de se tratar de uma questão de gestão familiar e não da criança em si, dado que o problema já tinha surgido no irmão mais velho e considerava que iria repetir-se no irmão mais novo. -----

-----Interveio novamente a senhora Carmo Gamas referindo que, no momento, não tinha os dados relativamente à população escolar por freguesias. No entanto, considerava que não havia qualquer proporcionalidade, porque no caso da freguesia de Vila Nova de Milfontes, a maior problemática não era o abandono e absentismo escolares, mas sim a negligência. -----

-----Quanto ao caso em concreto, informou que a família estava a ser acompanhada por duas entidades de primeira linha.-----

-----Interveio o senhor João Quaresma que perguntou se existia alguma contabilização do trabalho da Comissão desde a criação até à data, de forma a apurar a percentagem de eficácia e o impacto da sua criação. -----

-----Interveio a senhora Carmo Gamas referindo que a grande vantagem na criação da Comissão tem a ver com o número de processos que evita ser enviados para tribunal,

24-02-2012

relembrando ainda que a Comissão fazia todo o acompanhamento das famílias com o objetivo da resolução do problema. -----

-----Disse ainda que, ao longo dos anos de existência da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Concelho de Odemira, têm verificado uma evolução nas sinalizações e na sensibilidade da população para com os casos existentes no concelho. -----

-----Não havendo mais intervenções sobre este assunto, a senhora Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a presença da senhora Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Concelho de Odemira dando os parabéns à Comissão e desejando votos de sucesso para o trabalho a desenvolver junto da população do concelho. -----

-----Seguidamente a senhora Presidente da Assembleia Municipal, convidou o senhor Eduardo Francisco, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Santiago, para, se assim o entendesse, falar sobre a sua freguesia, atendendo que era anfitrião daquela sessão. -----

-----Interveio o senhor Eduardo Francisco, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Santiago, que agradeceu a presença de todos e, relativamente à sua freguesia, informou que naquele dia tinham inaugurado simbolicamente a nova sede da Junta de Freguesia, pelo que convidou todos a visitarem as instalações que tinham sido renovadas e agradeceu ao senhor Presidente da Câmara Municipal e a todos que colaboraram na obra, pelo apoio prestado. -----

-----Disse ainda que estava a desenvolver todos os esforços no sentido de dotar a sua freguesia das melhores condições e considerou que, com a abertura do Matadouro do Litoral Alentejano, o interior do concelho e especialmente a sua freguesia iria, certamente, beneficiar de mais desenvolvimento. -----

-----Interveio a senhora Ana Loureiro, eleita pela Bloco de Esquerda que depois de se apresentar aos presentes e de agradecer as boas vindas, apresentou as seguintes Moções: -----

-----**“PRIMEIRA MOÇÃO**-----

-----**“CRIAÇÃO DO PROGRAMA PEQUENO ALMOÇO NA ESCOLA** -----

24-02-2012

-----A crise social que o país atravessa tem hoje um impacto particular sobre as crianças e jovens. Segundo dados do INE (Rendimento e Condições de Vida – 2010, com dados referentes aos rendimentos de 2009) cerca de 18% da população portuguesa está abaixo do limiar da pobreza, valor já ultrapassado pela taxa de pobreza infantil, uma vez que praticamente uma em cada quatro crianças vive na pobreza (23%). Como estes indicadores são de 2009, o agravamento das condições de vida da maioria das famílias no nosso país só pode ter como efeito o aumento destes números da pobreza infantil.-----

-----Quem conhece as escolas portuguesas, sabe como é visível aí o impacto da crise sobre os mais jovens. Nos últimos meses, na comunicação social e nas redes sociais multiplicaram-se relatos e testemunhos sobre crianças que chegam à escola, no início do dia de aulas, sem nada terem comido – e que aguardam depois pelo Programa de Leite Escolar no 1º ciclo, ou pelas refeições escolares do almoço. Para milhares de crianças e jovens, a manhã na escola é passada em jejum. -----

-----São crianças e jovens cuja história familiar é a história da crise social portuguesa dos últimos dois anos: famílias pobres que empobreceram ainda mais, famílias a braços com situações de desemprego, famílias com perda ou insuficiência de apoios sociais. Esta situação não atinge apenas sectores tradicionalmente carenciados, abrangendo hoje quem nunca imaginou viver situações de “pobreza envergonhada”. -----

-----A escola pública e as comunidades educativas não podem fechar olhos à multiplicação de situações de carência. Aliás, muito do que foi tornado público surge pela voz de professores, funcionários e associações de pais que procuram encontrar respostas e apoios para as diferentes situações.-----

-----Por estas razões, é urgente a criação de um Programa de Pequeno-almoço na Escola para todas as crianças que frequentam o pré-escolar e a escolaridade obrigatória, através do qual as crianças e os jovens poderão ter acesso a uma refeição pela manhã, mediante inscrição

24-02-2012

feita pelos encarregados de educação. Não se trata dum programa apenas para os alunos que beneficiam de ação social escolar, pois tornou-se evidente a progressiva restrição a que este programa tem sido condenado nos últimos anos, deixando de fora muitas famílias com dificuldades.-----

-----Respondendo a sucessivos apelos de organizações de pais e da sociedade civil, a criação de um programa deste tipo terá enorme impacto nas escolas e na vida de milhares de crianças e jovens. Para que nenhum comece o dia em que vai aprender coisas novas com fome.

----- Assim, a Assembleia Municipal de Odemira, reunida em 24 de Fevereiro de 2012: ----

----- 1 – Apela à Assembleia da República e ao Governo para que seja criado um Programa de Pequeno-almoço na Escola, a ser distribuído diária e gratuitamente, ao longo de todo o ano letivo, mediante inscrição prévia às crianças e jovens que frequentam os estabelecimentos de educação pré-escolar e de escolaridade obrigatória.-----

----- As verbas necessárias à execução deste Programa serão atribuídas aos agrupamentos de escolas pelas estruturas descentralizadas do Ministério da Educação e Ciência - MEC.-----

----- 2 – Recomenda à Câmara Municipal que, no âmbito das competências na área da Educação, planeie com os agrupamentos escolares do concelho a execução deste Programa; na educação pré-escolar e no 1ºciclo esta deverá ser articulada com o Programa de Leite Escolar, de modo a assegurar uma adequada gestão de recursos.-----

----- 3 – Caso seja aprovada, esta Moção será enviada ao Presidente da Assembleia da República, Primeiro-ministro, Ministro da Educação e Ciência, Grupos Parlamentares da Assembleia da República, Sindicatos de Professores, Associações de Pais, comunicação social nacional e regional.” -----

-----**SEGUNDA MOÇÃO**-----

-----**“SUSPENSÃO DO ENCERRAMENTO DE CENTROS NOVAS OPORTUNIDADES**-----

24-02-2012

-----A Iniciativa Novas Oportunidades (INO) permitiu nos últimos anos a formação e a certificação de competências de milhares de jovens e adultos, dando um novo valor à aprendizagem ao longo da vida. Para muitos dos formandos, esta foi uma experiência ímpar de regresso à escola, de valorização das competências adquiridas e de acesso a novas formações qualificantes. -----

-----Passados mais de seis anos sobre o início do Programa INO está criada uma rede de Centros Novas Oportunidades que contam hoje com profissionais experientes e um saber acumulado que permite fazer uma avaliação séria da iniciativa, de modo a corrigir metodologias de trabalho, objetivos e públicos-alvo, qualidade das formações e rigor das certificações atribuídas.-----

-----Sendo a educação e formação de adultos um dos eixos centrais de uma política educativa que aposte na qualificação dos portugueses, é necessário que o país possa avaliar o caminho percorrido nos últimos anos, de modo a responder a eventuais falhas e dificuldades que permitam melhorar os resultados do Programa.-----

-----Também o novo Governo assumiu a avaliação da INO como ponto de partida para a política a definir. Em sucessivas afirmações públicas, os novos responsáveis do Ministério da Educação e Ciência comprometeram-se a realizar essa avaliação e nela sustentar as suas decisões sobre o futuro da INO. -----

-----À revelia destas declarações, nos últimos meses sucederam-se encerramentos de Centros Novas Oportunidades um pouco por todo o país. Depois dos encerramentos dos CNO do Instituto de Emprego e Formação Profissional, foi a vez de dezenas de CNO da responsabilidade direta do MEC receberem a indicação de que a sua candidatura a financiamento até Agosto de 2012 foi recusada. Entre estes está o CNO da Escola Secundária Dr. Manuel Candeias Gonçalves, em Odemira, que está em atividade desde Março de 2007 com um impacto muito positivo. -----

24-02-2012

-----Esta indicação por e-mail ainda não foi oficializada nem justificada por critérios objetivos. Os Centros “a encerrar” nem sequer sabem o que lhes acontecerá. Ou seja, oito meses depois da tomada de posse do novo Governo, não há qualquer avaliação do programa e dos seus resultados, apenas intenções de encerramento e de desmantelamento da rede. -----

-----Com trabalho programado e processos em curso, formandos e profissionais ficaram sem perspectiva de futuro, enquanto os CNO que obtiveram financiamento não conseguem absorver toda a procura. Há regiões inteiras que ficam sem oferta, há profissionais e técnicos com contratos de trabalho firmados até Dezembro de 2013 e ainda, nas escolas públicas, professores dos quadros que eram formadores e ficam agora sem horário até ao final do ano letivo.-----

-----Há, assim, um enorme desperdício de recursos, de capacidade instalada e de experiência adquirida, sem que se vislumbre qualquer alternativa válida de oferta no que toca à educação e formação de adultos e à aprendizagem ao longo da vida. -----

-----Num país que enfrenta uma crise económica sem precedentes é fundamental apostar na educação e qualificação das pessoas para proceder a uma reconversão económica que permita vencer a crise. É preciso proceder a uma avaliação séria e credível, que permita repensar a Iniciativa Novas Oportunidades à luz das suas dificuldades e falhas mas também das suas vantagens.-----

-----Dada a capacidade instalada nos diferentes CNO e as expectativas legítimas dos formandos, é fundamental que o Ministério da Educação e Ciência possa assegurar o financiamento dos CNO cuja candidatura não foi aprovada até Agosto. Esse encargo nem é particularmente pesado – em particular nas escolas públicas, onde os formadores são professores dos quadros, bastaria apenas assegurar o encargo salarial dos técnicos e profissionais, cerca de quatro por CNO. -----

-----Durante este período será possível realizar uma avaliação séria da INO e planear

24-02-2012

adequadamente o equilíbrio territorial da rede, as ofertas a disponibilizar e a promoção da qualidade dos processos de trabalho para o próximo ano letivo. -----

-----A Assembleia Municipal de Odemira, reunida em 24 de Fevereiro de 2012, defende:--

-----1. A suspensão do encerramento de Centros Novas Oportunidades, entre os quais está o da Escola Secundária Dr. Manuel Candeias Gonçalves; -----

-----2. Que o Ministério da Educação e Ciência assuma até 31 de Agosto de 2012 os encargos relativos ao funcionamento dos Centros Novas Oportunidades cuja candidatura a financiamento foi recusada; -----

-----3. Que o Ministério da Educação e da Ciência promova até 31 de Agosto de 2012 uma avaliação por uma entidade independente da qualidade das formações/ certificações obtidas ao abrigo da INO, da adequação da rede e das ofertas, avaliação essa que permita sustentar decisões políticas futuras. -----

-----4. Caso seja aprovada, esta Moção deve ser enviada ao Presidente da Assembleia da República, Primeiro-ministro, Ministro da Educação e Ciência, Grupos Parlamentares da Assembleia da República, Sindicatos do sector da Educação, comunicação social nacional e regional.”-----

-----Interveio o senhor João Quaresma que relativamente ao Matadouro do Litoral Alentejano perguntou como estava a decorrer a colocação de pessoal e o funcionamento em geral e, bem assim, questionou sobre as perspetivas que a Câmara Municipal e restantes acionistas tinham em termos de retorno financeiro e de outro tipo de mais-valias relacionadas com aquela área de atividade. Questionou também que benefícios a curto, médio e longo prazo esperavam que o matadouro trouxesse para a freguesia de Vale de Santiago e para o concelho de Odemira.-----

-----Interveio o senhor José Manuel Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio, que apresentou a Moção que seguidamente se transcreve:-----

-----**MOÇÃO**-----

-----**“APAGÃO ANALÓGICO**-----

----- Considerando que a partir do “apagão” de 23 de janeiro de 2012, não foi acautelado que o serviço de televisão digital terrestre tivesse cobertura total para toda a população.-----

----- Considerando que não foi tido em conta o lado social, em que grande parte da população é idosa e isolada, sendo a televisão a sua única companhia diária. -----

----- Com vista à ligação da TDT a Anacom, parecendo desconhecer as realidades do país e da nossa região em particular, cortou as emissões de TV analógica sem que tivesse salvaguardado que o sinal digital fosse recebido em boas condições. -----

----- Grande parte da população defrontou-se com a perda de emissão televisiva, mesmo aqueles que haviam adquirido o aparelho descodificador, anunciado nas campanhas publicitárias, o qual não funciona nas zonas de cobertura reduzida. Estas pessoas terão de recorrer à via satélite, o que representa custos muito elevados para uma população fragilizada em muitos casos isolada e carenciada.-----

----- Esta Assembleia exige a colocação de transmissores próximos de todas as zonas onde o sinal TDT é deficiente. -----

----- Solicito que esta moção seja colocada à votação e caso seja aprovada deverá ser enviada aos senhores: -----

- - Exmº Senhor Presidente da República;-----
- - Exmª Senhora Presidente da Assembleia da República;-----
- - Exmº Senhor Primeiro-Ministro;-----
- - Exmº Senhor Presidente da Anacom;-----
- - Exmº Senhor Presidente da Assembleia Distrital de Beja; -----
- - Exmº Senhor Presidente da Portugal Telecom. -----

----- Vale de Santiago, 24 de fevereiro de 2012”-----

24-02-2012

-----Interveio o senhor João Rebelo dos Reis que congratulou o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Santiago pela inauguração das instalações da Junta de Freguesia e pela abertura do matadouro esperando que ele viesse a ser um motor de desenvolvimento na freguesia.-----

-----Seguidamente apresentou a Moção que se transcreve: -----

----- **MOÇÃO** -----

----- **“Resposta ao pedido de contributos por parte da ANMP sobre a Proposta de Lei 44/XII.** -----

-----No âmbito do pedido de contributos por parte da ANMP, relativamente à nova Proposta de Lei para a Reorganização Administrativa Territorial Autárquica, a Assembleia Municipal de Odemira, tendo em conta a especificidade do Concelho de Odemira, delibera o seguinte: -----

----- - A racionalização do número de autarquias locais não visa uma redução da despesa pública afeta às freguesias;-----

----- - Considera importante melhorar a gestão autárquica, modernizando-a e tornando-a mais transparente, eficiente e eficaz, tendo como principal objetivo a prestação de melhores serviços de proximidade às populações; -----

----- - A Assembleia Municipal não está disponível para participar numa reforma feita “a régua e esquadro”, mas sim que respeite a identidade, a cultura, a história do povo e do país;----

----- - Não podemos estar de acordo com uma Proposta de Lei que discrimina o concelho de Odemira, sendo-lhe aplicados os mesmos critérios que a outros concelhos não tendo em consideração a sua dimensão territorial; -----

----- - A Assembleia Municipal no que respeita às freguesias, não concorda com os critérios e indicadores de organização territorial propostos na Proposta de Lei 44/XII; -----

----- - A Assembleia Municipal defende que, por se tratar de realidades distintas, deve

haver um tratamento diferenciado para as zonas e concelhos urbanos e rurais;-----

----- - A Assembleia Municipal salienta e reforça que nas zonas rurais, as juntas de freguesia ainda são, em muitas localidades, o garante da presença do poder democrático e a entidade que representa a proximidade entre eleitos e eleitores. São mesmo, em muitos casos, a única ligação das populações ao Estado. Deveremos agir com cautela e bom senso para não desproteger partes do nosso território, no interior já tão desertificado; -----

----- - A Assembleia Municipal considera que os critérios constantes na Proposta de Lei n.º44/XII necessitam de reajustamentos de modo a não penalizar o concelho de Odemira, de modo a manter o número de freguesias atuais.-----

----- Assembleia Municipal de Odemira-----

----- Vale de Santiago, 24 de fevereiro de 2012” -----

----- Intervieram as senhoras Cláudia Silva e Helena Loermans, eleitas pelo Partido Socialista que apresentaram a Proposta que seguidamente se transcreve na íntegra: -----

----- **PROPOSTA** -----

----- No âmbito do Ano Europeu do Envelhecimento Ativos e da Solidariedade entre Gerações propomos: -----

----- 1 – Realização de Assembleia Extraordinária temática em setembro de 2012 subordinada ao tema “Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações”. -----

----- - Convidar idosos das várias freguesias do concelho de Odemira que mantêm as suas faculdades e são ativos, para que partilhem a sua experiência; -----

----- - Convidar pessoas entendidas na área para abordar o tema (perspetiva técnico-científica) -----

----- 2 – Criação de um Grupo de Trabalho para organização da Assembleia Extraordinária. -----

----- Vale de Santiago, 24 de fevereiro de 2012 -----

----- Cláudia Silva e Helena Loermans”. -----

24-02-2012

-----Interveio a senhora Presidente da Assembleia Municipal que perguntou se o Grupo de Trabalho seria constituído nos mesmos moldes do último grupo aprovado naquele Órgão, ou seja, com um representante de cada força política da Assembleia Municipal, mais a respetiva Presidente. As proponentes confirmaram que o Grupo de Trabalho seria constituído pela senhora Presidente da Assembleia Municipal e por um representante de cada força política daquele Órgão. -----

-----Interveio a senhora Joana Figueira que lembrou que na Assembleia Municipal tinha aprovado algumas normas com vista à recuperação de habitações na sede do concelho, designadamente em termos de Imposto Municipal sobre Imóveis e em termos de benefícios nas Taxas, Preços e Outras Receitas do Município e, nesse âmbito, perguntou se já tinham sido apresentados na Câmara Municipal alguns projetos, quantos tinham sido aprovados e quantos estavam em execução. -----

-----Interveio a senhora Maria Luísa Palma que, em nome dos eleitos pela Coligação Democrática Unitária, apresentou a seguinte Declaração Política:-----

----- **DECLARAÇÃO POLÍTICA** -----

-----Os eleitos da CDU, nesta assembleia, permanecem atentos às políticas desenvolvidas pelo executivo camarário, bem como a todas as decisões, com especial atenção aos assuntos que são sujeitos à fiscalidade deste órgão a que pertencem. -----

-----A orientação dos destinos do concelho de Odemira está contida no orçamento e nas grandes opções do plano. A ele dedicam especial atenção, bem como às posições tomadas pelos vereadores desta força política no órgão camarário.-----

-----Votamos sistematicamente contra o que em nosso entender não é bom para o concelho, ou seja, para as pessoas que aqui vivem, porque estando a CDU em maioria a governação e gestão financeiras seriam outras. Seriam seguramente diferentes. -----

-----A CDU preza-se em ponderar com os pés assentes na realidade circundante e

24-02-2012

consequente da realidade do país, as posições que toma, aquando das suas votações. É prova disso quando votamos “a favor” as moções aqui apresentadas pelo PS, quando elas vão no sentido justo da causa pública, coisa que o PS poderá gabar-se de nunca o fazer, desde que as mesmas sejam apresentadas pela CDU, são sistematicamente rejeitadas, votadas contra. -----

----- Quando, em qualquer moção, o ato de conjugar esforços para conseguir o melhor para os cidadãos, é apelidado de ação político partidária, significa apenas olhar o umbigo do seu próprio partido desconhecer o significado da palavra política. -----

----- Em nosso entender, votar nesta assembleia a governação do executivo, deve resultar duma análise e fiscalidade próprias dos eleitos que a compõem, sem recorrer a reproduções textuais de outro órgão, a que esta assembleia já teve acesso, ato que apelidamos de espírito crítico esvaziado. -----

----- Os eleitos da CDU” -----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que relativamente à questão apresentada pela senhora Joana Figueira referiu que tinham sido apresentados alguns projetos que tinham colhido o benefício e estavam concretizados. No entanto, iria solicitar esse levantamento, junto dos serviços. Disse ainda que, no momento, estavam a incentivar e a alertar os proprietários para a recuperação das habitações. -----

----- Interveio o senhor Vereador Hélder Guerreiro que, relativamente ao Matadouro do Litoral Alentejano, lembrou que tinha sido, inicialmente, uma ideia municipal. O concelho de Odemira tinha, comparativamente aos concelhos limítrofes, um número de bovinos considerável que, só por si, seria interessante, no concelho, poder vir a ter um espaço de abate. Referiu ainda que até à data, no concelho de Odemira, a pecuária assentava essencialmente na venda de animais ao desmame e com a construção de uma unidade de abate poderiam começar a fazer a engorda no concelho, ou seja, o acabamento final. Revelou ainda que, na altura, tinham equacionado também que o matadouro pudesse vir a ter uma unidade de desmancha e

24-02-2012

embalamento de produtos originários do território. -----

-----Considerou ainda que aquele novo ciclo iria ter um impacto direto de alteração do método produtivo, o que permitiria manter no concelho maior retorno financeiro para as explorações e um investimento diversificado noutras matérias como as rações e empresas associadas à produção de rações. -----

-----Disse também que, no momento, estavam na fase de testes, com abates regulares semanalmente e já tinham um investidor do Algarve. Considerou que seria importante encontrarem parceiros de investimento, no sentido de melhorar, posteriormente, em termos de desmancha e até de embalamento. Referiu ainda que seria importante que o matadouro se destacasse em termos de qualidade no abate e, bem assim, que se tornasse numa oferta para o Baixo Alentejo e Algarve. Referiu ainda que o Matadouro do Litoral Alentejano tinha o benefício de se situar no meio de dois grandes pólos de consumo (Lisboa e Algarve) e na proximidade da zona de produção. -----

-----Quanto ao recrutamento de pessoal, informou que no concelho, de momento, não existia ninguém habilitado a exercer funções naquela unidade de abate, pelo que, nesta fase de testes, estavam a contratar mão-de-obra externa experiente. À medida que a unidade fosse avançando e regularizando a sua situação de abate, pretendiam ter uma equipa-base de funcionários, que seria formada no local de trabalho, evitando assim, a contratualização externa. -----

-----Interveio o senhor Vereador Ricardo Cardoso que, relativamente à Moção sobre o “Apagão Analógico”, disse que o concelho de Odemira estava com problemas com transição para o Televisão Digital Terrestre e que algumas freguesias ainda não estavam no sistema analógico, porque ainda não tinha sido desligado o sinal do Mendro. -----

-----Referiu ainda que a Câmara Municipal estava disponível para “olhar para esta realidade e apoiar as pessoas que ficam privadas da televisão, mas que a solução não é fácil”.

24-02-2012

Disse ainda que a Câmara Municipal tem reunido com a ANACOM e com a Portugal Telecom que, insistem em referir, tinham assegurado a totalidade da cobertura contratada.-----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que, relativamente à Televisão Digital Terrestre, já tinham apresentado uma contestação sobre o assunto nos órgãos de comunicação social e solicitado uma reunião à Portugal Telecom. -----

----- Quanto a Reforma da Administração Local informou que, após a realização da sessão extraordinária da Assembleia Municipal sobre o tema, tinha sido elaborada uma nova proposta de Lei, contendo novos critérios, diferentes dos que constavam no Livro Verde e que iriam afetar diretamente o concelho de Odemira, pois previam a agregação na totalidade de cinco freguesias. -----

----- Nos termos da alínea a) do número um do artigo vigésimo primeiro do Regimento dos Membros deste Órgão, a senhora Presidente da Assembleia Municipal interrompeu a sessão para um intervalo de dez minutos. -----

----- Depois de verificado o quórum, retomaram-se os trabalhos tendo a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocado à discussão e votação os documentos apresentados neste ponto, designadamente:-----

----- a) **Moção**, apresentada pela senhora Ana Loureiro, eleita pelo Bloco de Esquerda, sobre “Criação do Programa Pequeno Almoço na Escola”.-----

----- Interveio a senhora Helena Loermans que perguntou se existiam dados concretos em relação ao número de crianças, no concelho, que seriam abrangidos por aquela proposta. -----

----- Interveio a senhora Ana Loureiro referindo que não tinha esse número, no entanto, ele dependeria da inscrição dos pais. Disse ainda que a proposta na escolaridade obrigatória seria a atribuição do pequeno-almoço para todos os alunos que eram abrangidos pelo Serviço de Ação Social Escolar e aqueles que seriam inscritos pelos pais.-----

----- Interveio o senhor António Carlos Ventura, Presidente da Junta de Freguesia de São

24-02-2012

Luís, que perguntou se existiam alguns critérios concretos na atribuição dos pequenos-almoços, designadamente em termos de rendimento do agregado familiar, porque, se tratasse de uma medida generalista, perdia um pouco o espírito, a atribuição a quem realmente tivesse necessidade. -----

-----Interveio a senhora Joana Figueira referindo que, se o critério se baseasse na inscrição dos encarregados de educação, todos se iriam inscrever e, por isso, considerou que deveriam ser criados alguns critérios. -----

-----Relembrou ainda que já existiam exceções e ajustamentos na atribuição dos escalões de benefícios escolares e que os Agrupamentos de Escolas o poderiam fazer, quando houvesse alterações comprovadas dos rendimentos do agregado familiar do aluno. Informou ainda os presentes, que alguns Agrupamentos determinavam verbas dos *buffets* para atribuição de pequenos-almoços e lanches, a crianças mais carenciadas. -----

-----Por último, perguntou em que horário seria atribuído o pequeno-almoço, designadamente, se seria à chegada do aluno à escola ou a meio da manhã. -----

-----Interveio o senhor João Rebelo dos Reis considerando que a proposta em causa não era da competência do Município, mas sim da Assembleia da República e do Governo, devendo ser apresentada nesse sentido. Alertou ainda para quem iria suportar depois os custos. -----

-----Interveio o senhor João Quaresma que referiu que o assunto era pertinente porque, de um lado, existia um sistema que supostamente já funcionava e abrangia os alunos mais carenciados e, do outro lado, existia aquela Moção, que nascia da identificação de uma necessidade de alunos que, não estavam sinalizados como carenciados, apresentavam carências a esse nível, o que vinha a denotar uma imperfeição no sistema atual. -----

-----Relembrou também que, em outros países, que se depararam com dificuldades na escola, a primeira aposta que fizeram foi a atribuição de refeições gratuitas indiscriminadamente aos seus alunos. Atualmente eram países de referência em termos de

24-02-2012

educação. Considerou ainda que não deviam ter receio de estarem a cometer uma injustiça por estarem a atribuir uma refeição a alguém mais abastado, porque poderiam existir fatores que pudessem pesar mais do que o rendimento do agregado familiar. Relembrou também que, em tempos, tinham sido distribuídos indiscriminadamente computadores nas escolas. -----

----- Por último, considerou que o critério de atribuição de refeições deveria ser da responsabilidade dos técnicos nas escolas e não deveriam passar por uma dimensão a nível nacional. -----

----- Interveio a senhora Presidente da Assembleia Municipal referindo que, o texto da Moção em causa, apelava ao Governo e à Assembleia da República para a criação de um programa existente e já implementado nas escolas. Relembrou ainda que a Ação Social Escolar previa a alteração dos escalões de benefício escolar, caso a situação do agregado familiar se venha a alterar e informou que o suplemento alimentar é dirigido aos alunos com menores recursos económicos e é suportado pelos lucros da gestão dos serviços de bar ou buffet existentes na escola. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que a distribuição de computadores tinha sido um programa pontual, enquanto a proposta de atribuição de pequenos-almoços era um programa continuado. Considerou ainda que aquela proposta vinha de alguma forma desresponsabilizar os pais; no entanto, considerava que deveriam ter em atenção os alunos que realmente não tivessem condições para tomar o pequeno-almoço em casa. -----

----- Relembrou ainda que as refeições das escolas eram uma competência do Estado transferida para as autarquias e que a verba transferida não era suficiente para suportar os custos, facto que já acontecia também nos transportes escolares. -----

----- Por último, referiu que a proposta em causa responsabilizava o Governo pela criação do programa e pelo suporte financeiro do mesmo. -----

24-02-2012

-----Interveio o senhor Vereador Cláudio Percheiro que referiu que a parte final do texto da Moção era claro quanto a proposta pretendida que se tratava de um apelo ao Governo para que tivessem em consideração aquela problemática que existe no país. Disse ainda que no momento vários municípios já estavam a dar o pequeno-almoço às crianças e eram os professores que sentiam primeiro aquela realidade nas escolas.-----

-----Não havendo mais intervenções, a senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a Moção em causa, a qual foi aprovada por maioria, com dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, dezanove abstenções dos membros eleitos pelo Partido Socialista e duas abstenções dos membros eleitos pela Coligação “Odemira no Bom Caminho”, quando estavam presentes trinta e dois membros da Assembleia Municipal;-----

-----b) **Moção**, apresentada pela senhora Ana Loureiro, eleita pelo Bloco de Esquerda, sobre “Suspensão do Encerramento de Centros Novas Oportunidades”.-----

-----Interveio a senhora Joana Figueira que informou que não estava contra a estrutura criada relativamente ao Centros Novas Oportunidades, mas não era apologista da metodologia que tinha sido adotada para a certificação do grau de ensino. -----

-----Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação da Moção em causa, a qual foi aprovada por maioria, com três votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, dois votos contra dos membros eleitos pela Coligação “Odemira no Bom Caminho”, dezasseis abstenções dos membros eleitos pelo Partido Socialista e uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, quando estavam presentes trinta e dois membros da Assembleia Municipal;-----

-----c) **Moção**, apresentada pelo senhor José Manuel Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio, sobre “Apagão Analógico”. Esta Moção foi aprovada por

24-02-2012

unanimidade, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pela Coligação “Odemira no Bom Caminho” e um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes trinta e dois membros da Assembleia Municipal; -----

----- d) **Moção**, apresentada pelo senhor João Rebelo dos Reis, em nome dos eleitos pelo Partido Socialista, em resposta ao pedido de contributos por parte da Associação Nacional de Municípios Portugueses, sobre a Proposta de Lei quarenta e quatro barra doze. -----

----- Interveio o senhor José Gabriel Lourenço, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes referindo que, neste dia, tinha sido apreciada na Assembleia da República a petição da Delegação Distrital de Beja da ANAFRE e, bem assim, informou que, no dia três de Março, ir-se-ia realizar em Beja uma reunião dos Presidentes de Junta e restantes autarcas de freguesia e, no dia dez de Março, haveria um Encontro Nacional de autarcas na Junqueira e, no dia dezassete de Março, em Espinho, estava agendada a realização do Conselho Geral da ANAFRE.-----

----- Em face do exposto, referiu que a sua posição relativamente àquela proposta de lei era reservada, enquanto não se realizassem todas aquelas reuniões. -----

----- Não havendo mais intenções, procedeu-se à votação da Moção em causa, a qual foi aprovada por maioria, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda e duas abstenções dos membros eleitos pela Coligação “Odemira no Bom Caminho”, quando estavam presentes trinta e dois membros da Assembleia Municipal; -----

----- e) **Proposta**, apresentada pelas senhoras Cláudia Silva e Helena Loermans, em nome dos eleitos pelo Partido Socialista, sobre “Ano Europeu do Envelhecimento Ativos e da

24-02-2012

Solidariedade entre Gerações”. Esta Proposta foi aprovada por unanimidade, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pela Coligação “Odemira no Bom Caminho” e um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes trinta e dois membros da Assembleia Municipal.-----

-----Não havendo mais intervenções, a senhora Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

----- **III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

-----**Ponto um:** CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO DA LEI NÚMERO CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI NÚMERO CINCO A BARRA DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO: Foi presente o Relatório de Actividades desenvolvidas pelo Município de Odemira, nas diferentes áreas, no período de um de dezembro a trinta e um de janeiro do corrente ano, que ficará arquivado no maço de documentos da presente sessão. -----

-----Não havendo qualquer pedido de esclarecimento, a senhora Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos. -----

-----**Ponto dois:** 1ª MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL - 2012: 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA; 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO RECEITA; 1ª REVISÃO AO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL (PAM); 1ª REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (PPI): Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e cujo documento ficará arquivado no maço de documentos desta sessão: -----

-----“10 - ASSUNTO N.º 0108-2012 - 1ª Modificação Orçamental - 2012: -----

-----•1ª Revisão ao Orçamento da Despesa -----

-----•1ª Revisão ao Orçamento Receita-----

24-02-2012

-----•1ª Revisão ao Plano de Atividades Municipal (PAM)-----

-----•1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI)-----

----- Foi presente a informação nº.76/2012, datada de 13/02/2012, da Divisão Financeira e de Aprovisionamento, a apresentar a 1ª. Modificação Orçamental relativa ao ano de 2012, elaborada nos termos do Decreto-Lei nº. 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL), consistindo na 1ª.Revisão ao Orçamento da Despesa, 1ªRevisão ao Orçamento da Receita, 1ªrevisão ao Plano de Atividades Municipal (PAM) e 1ª. Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI), que apresenta os seguintes valores: -----

----- ORÇAMENTO DA RECEITA: -----

----- Inscrições/reforços: 41.000,00€ (Quarenta e um mil euros); -----

----- Diminuições/anulações: 41.000,00€ (Quarenta e um mil euros); -----

----- ORÇAMENTO DA DESPESA: -----

----- Inscrições/reforços: 664.350,00€ (Seiscientos e sessenta e quatro mil trezentos e cinquenta euros);-----

----- Diminuições/anulações: 664.350,00€ (Seiscientos e sessenta e quatro mil trezentos e cinquenta euros);-----

----- PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL:-----

----- Inscrições/reforços: 29.500,00 € (Vintee nove mil e quinhentos euros);-----

----- Diminuições/anulações: 32.500,00 € (Trinte e dois mil e quinhentos euros);-----

----- PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS: -----

----- Inscrições/reforços: 375.000,00 € (Trezentos e setenta e cinco mil euros); -----

----- Diminuições/anulações: 399.000,00 € (Trezentos e noventa e nove mil euros); -----

----- Ao coletivo com proposta de aprovação -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar nos termos propostos, devendo ser remetido à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação, com os

24-02-2012

votos a favor dos eleitos pelo Partido Socialista e os votos contra dos eleitos pela Coligação Democrática Unitária.” -----

-----Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da proposta em epígrafe, a qual foi aprovada por maioria, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dois votos a favor dos membros eleitos pela Coligação “Odemira no Bom Caminho”, nove votos contra dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e uma abstenção do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes trinta e um membros da Assembleia Municipal.-----

-----**Ponto três:** ALTERAÇÃO AO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODEMIRA NA JUNTA DE FREGUESIA DE LUZIANES-GARE: Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e cujo documento ficará arquivado no maço de documentos desta sessão: -----

-----“7 - ASSUNTO N.º 0114-2012 - ALTERAÇÃO AO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ODEMIRA NA JUNTA DE FREGUESIA DE LUZIANES-GARE -----

-----Na sequência das informações dos serviços, foi presente a minuta do protocolo de delegação de competências da Câmara Municipal na Junta de Freguesia de Luzianes-Gare, celebrado em 27 de janeiro do corrente ano. -----

-----A alteração ao protocolo de delegação de competências supra visa a retificação do número de quilómetros efetuados diariamente pela Junta de Freguesia de Luzianes-Gare, e consequentemente o acréscimo de 5.896,98€ (cinco ml, oitocentos e noventa e seis euros e noventa e oito cêntimos) a transferir para a referida Junta.-----

-----Propõe-se a apreciação e deliberação relativamente à alteração ao Protocolo de Delegação de Competências da Câmara Municipal de Odemira na Junta de Freguesia de Luzianes-Gare.-----

24-02-2012

-----Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos, devendo ser remetido à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação”. -----

-----Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da proposta em epígrafe, a qual foi aprovada por unanimidade, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pela Coligação “Odemira no Bom Caminho” e um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes trinta e um membros da Assembleia Municipal. -----

-----**Ponto quatro:** PROPOSTA Nº 3/2012 P - ADICIONAL AOS PROTOCOLOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NAS JUNTAS DE FREGUESIA DE S. TEOTÓNIO E VILA NOVA DE MILFONTES: Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e cujo documento ficará arquivado no maço de documentos desta sessão: -----

-----“6 - ASSUNTO N.º 0113-2012 - PROPOSTA Nº 3/2012 P - ADICIONAL AOS PROTOCOLOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NAS JUNTAS DE FREGUESIA DE S. TEOTÓNIO E VILA NOVA DE MILFONTES -----

-----Foi presente a Proposta nº 3/2012 P, datada de 10/02/2012, proveniente do Gabinete do Senhor Presidente que seguidamente se transcreve: -----

-----“PROPOSTA Nº 3/2012 P-----

-----Adicional aos Protocolos de Delegação de Competências da Câmara Municipal nas Juntas de Freguesia de S. Teotónio e Vila Nova de Milfontes-----

-----Considerando que: -----

-----A Lei nº.169/99, de 18 de Setembro, na sua atual redação, permite que as Câmaras Municipais deleguem competências suas nas Juntas de Freguesia; -----

24-02-2012

-----Os Autarcas eleitos nas Freguesias, dada a sua maior proximidade, podem garantir a prestação de inúmeros serviços de uma forma mais rápida, eficaz e com maior racionalização de custos;-----

-----A delegação de competências da Câmara Municipal nas Juntas de Freguesia é uma medida descentralizadora que contribui para a consolidação da democracia participada e beneficia as populações;-----

-----Da execução de anteriores Protocolos de Delegação de Competências resultaram benefícios para o interesse comum, que se considera deverem continuar e acrescer;-----

-----A Câmara Municipal de Odemira assume que a experiência anterior recomenda a necessidade de um continuado aperfeiçoamento deste instrumento no que se refere ao apoio às competências já delegadas e a novas competências a delegar nas Juntas de Freguesia;-----

-----A delegação de competências deve ser, por isso mesmo, acompanhada dos meios necessários ao seu adequado exercício, num quadro de exigente utilização e racionalização dos recursos financeiros, para um maior rigor e eficácia da sua gestão, de forma a ser dado cumprimento integral aos princípios gerais da boa conservação e manutenção do património público, prossecução do interesse público e da legalidade;-----

-----Considerando ainda que:-----

-----Existem diversos equipamentos Municipais nas Freguesias de Vila Nova de Milfontes e S. Teotónio sob gestão da Câmara Municipal;-----

-----Se tem verificado alguma dificuldade permanente na disponibilização e articulação de meios materiais e humanos na gestão diária dos mesmos;-----

-----A Câmara Municipal de Odemira se propõe otimizar o conjunto de transferência de competências que vem protocolando há vários anos nas freguesias, designadamente na procura da melhoria da gestão de alguns equipamentos municipais conjuntamente com estas;-----

-----As freguesias de S. Teotónio e Vila Nova de Milfontes, dispõem de equipamentos

24-02-2012

municipais que têm vindo a exigir um elevado esforço de afetação e coordenação de meios da Câmara municipal, a partir da sede de concelho, sendo possível e desejável maior proximidade e eficácia na forma de gestão, conservação e manutenção destes equipamentos municipais;-----

-----As Juntas de Freguesia locais estão disponíveis para a assunção das referidas responsabilidades através do Adicional ao Protocolo de Delegação de Competências em vigor;-

-----Tenho a honra de propor, nos termos previstos na cláusula 8ª dos Protocolos em vigor e, ao abrigo da alínea c) do nº6 do artº 64 conjugado com o artº 66º ambos da lei 169/99, de 18 de setembro, com a redação dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de janeiro, que a Câmara Municipal de Odemira delibere Aprovar os adicionais aos Protocolos de Delegação de Competências nas Freguesias de S. Teotónio e Vila Nova de Milfontes estabelecidos em 27/01/2012, nos termos propostos em Anexo e que fazem parte integrante da presente proposta. -----

----- Odemira, 10 de fevereiro de 2012 -----

----- O Presidente da Câmara, -----

----- a) José Alberto Candeias Guerreiro”. -----

-----Propõe-se que nos termos previstos na cláusula 8ª dos Protocolos em vigor e, ao abrigo da alínea c) do nº6 do art.º 64 conjugado com o art.º 66º ambos da lei 169/99, de 18 de setembro, com a redação dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de janeiro, a Câmara Municipal de Odemira delibere aprovar os adicionais aos Protocolos de Delegação de Competências nas Freguesias de S. Teotónio e Vila Nova de Milfontes estabelecidos em 27/01/2012, nos termos propostos em anexo e que fazem parte integrante da presente proposta. -----

-----Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos, devendo ser remetido à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação”. -----

-----Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da proposta em epígrafe, a qual foi aprovada por unanimidade, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo

24-02-2012

Partido Socialista, oito votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pela Coligação “Odemira no Bom Caminho” e um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes trinta membros da Assembleia Municipal. -----

-----**Ponto cinco:** PROPOSTA N.º 4/2012 P - ATRIBUIÇÃO DE MEDALHA MUNICIPAL DE MÉRITO A JOSÉ JOAQUIM COSTA POEIRA: Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e cujo documento ficará arquivado no maço de documentos desta sessão: -----

-----“9 - ASSUNTO N.º 0117-2012 - PROPOSTA N.º.4/ 2012 P - ATRIBUIÇÃO DE MEDALHA MUNICIPAL DE MÉRITO A JOSÉ JOAQUIM COSTA POEIRA -----

-----Foi presente a proposta n.º. 4/ 2012 P, datada de 13/02/2012, proveniente do Gabinete do Senhor Presidente que seguidamente se transcreve: -----

-----“PROPOSTA N.º.4/2012 P – Atribuição de Medalha Municipal de Mérito a José Joaquim Costa Poeira -----

-----Numa sociedade que se pretende viva e atuante, que acompanhe o desenvolvimento das suas congéneres, devem os órgãos da administração pública nos quais se enquadram as Câmaras e as Assembleias Municipais, ter a responsabilidade de nunca perder de vista os mais elementares valores da sociedade de modo a que na vertiginosa corrida para o desenvolvimento, num mundo profundamente materialista, esses valores não sejam abafados ou absorvidos pelo individualismo, o isolamento e o poder da imagem.-----

-----Conscientes da importância que assumem hoje em dia valores como a solidariedade, a competência, a coragem e a abnegação, a participação e a criatividade, entre outros não menos importantes, e no sentido não só de agradecer, mas também de sensibilizar e encorajar jovens, homens e mulheres da nossa comunidade a desenvolver estes valores. -----

-----Fundamentação da Proposta: -----

----- José Joaquim Costa Poeira, nasceu em Odemira, em 20 de maio de 1959. -----

----- Ingressou no ciclismo, em 1977, na equipa de Almodôvar onde se manteve na categoria de juniores até 1978, tendo, logo no primeiro ano, conquistado o título de campeão regional do Algarve. -----

----- Entre 1979 e 1981 representou a equipa de Pinheiro de Loures, na categoria de sub-23 e, em 1982, ingressou à categoria de Elite no Coimbrões, de onde, no ano seguinte, transitou para o Lousa/Trinaranjus, onde permaneceu até 1986. Em 1984, venceu a última etapa, o tradicional circuito do GP de Torres Vedras, ao serviço do Lousa/Trinaranjus-----

----- Em 1987, ingressou na equipa da Sicasal/Acral, onde terminou a sua carreira competitiva em 1991. Permaneceu naquela equipa, até 1995, como diretor adjunto, missão que continuou a desempenhar na Federação Portuguesa de Ciclismo, onde passou a desempenhar o cargo de selecionador das categorias de juniores e cadetes.-----

----- A partir de 2001, ascendeu a selecionador nacional das categorias, Elites, Sub-23, Juniores e Cadetes. -----

----- Durante toda a sua carreira, como praticante, participou em 10 Voltas a Portugal – 1 no Coimbrões, 4 no Lousa e 5 na Sicasal. -----

----- Foi sempre um corredor de equipa, cuja principal função era trabalhar para o coletivo sem pretensões de carácter individual. -----

----- No plano internacional, são de destacar especialmente as participações na Volta a Espanha pelas equipas do Lousa (1985) e da Sicasal (1989 e 1990).-----

----- Como selecionador, participou em 16 Campeonatos do Mundo e em três Jogos Olímpicos, além de outras presenças em Campeonatos da Europa.-----

----- No balanço geral, de todas as participações da seleção em Jogos Olímpicos, Campeonatos do Mundo e Europeus, saldou-se pela conquista de oito medalhas, com destaque para o título de vice-campeão olímpico conquistado por Sérgio Paulinho nos jogos de Atenas,

24-02-2012

em 2004. -----

-----Homem simples, humilde, dedicado e trabalhador, muito nos honra pelos resultados e prestígio alcançado. -----

-----Face ao exposto, e pelo enorme contributo que tem prestado ao ciclismo em Portugal, tenho a honra de propor que a Exm^a. Câmara Municipal, nos termos do nº.1 do artigo 4º. do Regulamento Municipal de Medalhas Honoríficas, delibere propor à Assembleia Municipal a atribuição da Medalha Municipal de Mérito, ao ilustre Odemirense José Joaquim Costa Poeira.-

-----Odemira, 13 de fevereiro de 2012 -----

-----O Presidente da Câmara Municipal de Odemira, -----

-----a)José Alberto Candeias Guerreiro.” -----

-----Propõe-se que a Exm^a. Câmara Municipal, nos termos do nº.1 do artigo 4º. do Regulamento Municipal de Medalhas Honoríficas, delibere propor à Assembleia Municipal a atribuição da Medalha Municipal de Mérito, ao ilustre Odemirense José Joaquim Costa Poeira.-

-----Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, aprovar por escrutínio secreto com sete votos a favor, devendo o assunto ser remetido à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação”.-----

-----Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da proposta em epígrafe, por escrutínio secreto, nos termos do número três do artigo nonagésimo da Lei número cinco A barra dois mil e dois de onze de janeiro, tendo-se obtido o seguinte resultado:-----

-----Votantes: trinta e um votos;-----

-----Votos a favor: trinta votos;-----

-----Votos contra: um voto. -----

-----Em face do exposto, a atribuição de Medalha Municipal de Mérito a José Joaquim Costa Poeira, foi aprovada com trinta votos a favor e um voto contra.-----

-----Antes de se iniciar o tratamento do ponto seguinte na Ordem de Trabalhos, a senhora

24-02-2012

Maria Luísa Palma e o senhor João Palma Quaresma, eleitos pela Coligação Democrática Unitária, declaram impedimento por se tratar de um familiar. A senhora Presidente da Assembleia Municipal confirmou o impedimento, tendo ambos os membros saído de sala. -----

-----**Ponto seis:** PROPOSTA N.º 5/ 2012 P - ATRIBUIÇÃO DE MEDALHA MUNICIPAL DE MÉRITO A ANTÓNIO MARTINS QUARESMA: Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e cujo documento ficará arquivado no maço de documentos desta sessão: -----

-----“8 - ASSUNTO N.º 0115-2012 - PROPOSTA N.º 5/ 2012 P - ATRIBUIÇÃO DE MEDALHA MUNICIPAL DE MÉRITO A ANTÓNIO MARTINS QUARESMA-----

----- Foi presente a proposta n.º 5/ 2012 P, datada de 13/02/2012, proveniente do Gabinete do Senhor Presidente que seguidamente se transcreve: -----

----- “PROPOSTA N.º 5/2012 P- Atribuição de Medalha Municipal de Mérito a António Martins Quaresma -----

----- Numa sociedade que se pretende viva e atuante, que acompanhe o desenvolvimento das suas congéneres, devem os órgãos da administração pública nos quais se enquadram as Câmaras e as Assembleias Municipais, ter a responsabilidade de nunca perder de vista os mais elementares valores da sociedade de modo a que na vertiginosa corrida para o desenvolvimento, num mundo profundamente materialista, esses valores não sejam abafados ou absorvidos pelo individualismo, o isolamento e o poder da imagem. -----

----- Conscientes da importância que assumem hoje em dia valores como a solidariedade, a competência, a coragem e a abnegação, a participação e a criatividade, entre outros não menos importantes, e no sentido não só de agradecer, mas também de sensibilizar e encorajar jovens, homens e mulheres da nossa comunidade a desenvolver estes valores. -----

----- Fundamentação da Proposta: -----

----- António Martins Quaresma, nasceu a 13 de agosto de 1945, em Vila Nova de

Milfontes, tirou o Bacharelato em História, em 1973 e, em 1975, concluiu a licenciatura em História, ambas pela Universidade de Coimbra. -----

-----Atualmente é Investigador e Professor do Ensino Preparatório aposentado. -----

-----A sua principal área de investigação é a Organização do território, com destaque no povoamento, fortificação e urbanismo. No entanto, existem outras áreas do seu interesse, designadamente património e história religiosa. Integra o grupo de trabalho que organiza, anualmente, desde 2008, o “Encontro de História do Litoral Alentejano”, organização do Centro Cultural Emmerico Nunes, Sines. -----

-----Como ele tanto gosta de referir A História “é o Seu divertimento”.-----

-----Nasceu numa data histórica e à História se tem dedicado. Primeiro ao curso, depois ao ensino e à investigação. Hoje, quando não está na Torre do Tombo, em Lisboa, António Martins Quaresma deixa-se ficar em Vila Nova de Milfontes, a sua terra natal. -----

-----Foi professor, tendo lecionado História em várias escolas em Coimbra (onde se formou) e mais tarde em Odemira. Deixou o ensino, porque queria dedicar mais tempo à investigação. Interessou-se pela história desta região, à qual se dedicou com paixão. -----

-----A publicação dos seus trabalhos tem a ver com a oportunidade. Foi assim que surgiram Apontamento histórico sobre Vila Nova de Milfontes (em 1986) e Colos - Contributo para a sua história (em 1999); ambas edições comemorativas dos 500 anos daquelas vilas. -----

-----Depois disso, porque foi reunindo informação ao longo dos anos publicou uma nova edição sobre Vila Nova de Milfontes (Vila Nova de Mil Fontes - História; 2003). Sobre Odemira publicou Odemira - subsídios para uma monografia (em 1987). -----

-----Também sobre Odemira tem concluído Igrejas Históricas do concelho de Odemira, trabalho que aguarda publicação. -----

-----As suas publicações nos últimos 5 anos são: -----

-----•Alexandre Massai: a “Escola Italiana” de Engenharia Militar no Litoral Alentejano

24-02-2012

(séculos XVI e XVII); -----
-----•Sines: Centro Cultural Emmerico Nunes, 2007. Forte do Pessegueiro. Sines: Museu de Sines, 2009;-----
-----•Cerealicultura e farinação, no concelho de Odemira. Da baixa Idade Média à Época Contemporânea; -----
-----•Odemira: Município de Odemira, 2009;-----
-----•“João Rodrigues Mouro. Um engenheiro oliventino em Setúbal”. In Revista de Estudios Extremeños;-----
-----•2010, Tomo LXVI, Número I, pp. 195-238;-----
-----•“Odemira e a República. Subsistências e aspetos sociais”. In 3.º Encontro de História do Litoral;-----
-----• Alentejano, Sines, Centro Cultural Emmerico Nunes, 23 e 24 de outubro de 2010; ---
-----•“Odemira republicana: um percurso particular”. In Colóquio O Alentejo e a República, Comemorações do Centenário da República, Beja, CEDA, Instituto Politécnico de Beja e Município de Beja, Setembro - outubro de 2010;-----
-----•“Litoral Alentejano: dois séculos de Cartografia (XVII e XVIII)”. In IV Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 9-12 novembro de 2011;-----
-----•Porto Covo. O Iluminismo no Litoral Alentejano. Sines: Museu de Sines, 2012 (no prelo). -- -----
-----A Câmara Municipal de Odemira reconhece o mérito da sua obra e sente o dever de homenagear o cidadão António Martins Quaresma, pelo enorme contributo que tem prestado ao país e em especial à sua terra.-----
-----Face ao descrito, e pelo muito que fica por dizer, tenho a honra de propor que a Exm^a. Câmara Municipal, nos termos do n.º.1 do artigo 4.º. do Regulamento Municipal de Medalhas

24-02-2012

Honorificas, delibere propor à Assembleia Municipal a atribuição da Medalha Municipal de Mérito, a António Martins Quaresma. -----

-----Odemira, 13 de fevereiro de 2012 -----

-----O Presidente da Câmara Municipal, -----

-----a) José Alberto Candeias Guerreiro.” -----

-----Propõe-se que a Câmara Municipal, nos termos do n.º.1 do artigo 4º. do Regulamento Municipal de Medalhas Honorificas, delibere propor à Assembleia Municipal a atribuição da Medalha Municipal de Mérito, a António Martins Quaresma.-----

-----Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, aprovar por escrutínio secreto com sete votos a favor, devendo o assunto ser remetido à Assembleia Municipal”. -----

-----Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da proposta em epígrafe, por escrutínio secreto, nos termos do número três do artigo nonagésimo da Lei número cinco A barra dois mil e dois de onze de janeiro, tendo-se obtido o seguinte resultado:-----

-----Votantes: vinte e nove votos;-----

-----Votos a favor: vinte e oito votos; -----

-----Votos (abstenção): um voto.-----

-----Em face do exposto, a atribuição de Medalha Municipal de Mérito a António Martins Quaresma, foi aprovada com vinte e oito votos a favor e uma abstenção. -----

-----Voltaram a entrar na sala a senhora Maria Luísa Palma e o senhor João Palma Quaresma.-----

-----**Ponto sete:** REGULAMENTO DA COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA: Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e cujo documento ficará arquivado no maço de documentos desta sessão:-----

-----“1 - ASSUNTO N.º 0078-2012 - REGULAMENTO DA COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA-----

24-02-2012

-----Foi presente a informação n.º 85, datada de 26 de janeiro de 2012, a informar que decorridos os trinta dias de apreciação pública do Projeto de Regulamento da Componente de Apoio à Família, não foram recebidas quaisquer sugestões de alteração, pelo que se propõe a aprovação definitiva do Regulamento da Componente de Apoio à Família, bem como sua remissão à Assembleia Municipal para aprovação e publicação definitiva, em conformidade com a alínea a) do n.º7 conjugado com a alínea a) do n.º 6, ambas do Artigo 64.º da Lei 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro. -----

-----Propõe-se a aprovação e deliberação do Regulamento da Componente de Apoio à Família. -----

-----Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos”.-----

-----Interveio a senhora Joana Figueira que referiu que o documento em causa continha alguns erros de grafia que gostaria de ver corrigidos. Perguntou ainda se as disposições constantes na alínea b) do número um e no número dois do artigo seis decorriam de alguma legislação e, bem assim, perguntou se não poderiam centralizar ambos os pagamentos.-----

-----Interveio o senhor Vereador Hélder Guerreiro que informou que aquelas disposições decorriam de um formato que já era prática corrente e nunca tinha havido qualquer problema até à data, pelo que tinham considerado que seriam de manter. -----

-----Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação da proposta em epígrafe, a qual foi aprovada por unanimidade, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pela Coligação “Odemira no Bom Caminho” e um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes trinta e um membros da Assembleia Municipal. -----

-----**Ponto oito:** PROPOSTA DE CRIAÇÃO E NORMAS DE FUNCIONAMENTO DO

24-02-2012

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO: Foi presente a proposta que seguidamente se transcreve e cujo documento ficará arquivado no maço de documentos desta sessão:-----

-----“3 - ASSUNTO N.º 0111-2012 - PROPOSTA DE NORMAS DE FUNCIONAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO-----

-----Foi presente a informação nº 130, datada de 10 de Fevereiro de 2012, proveniente da Divisão de Desenvolvimento Económico a informar que um dos principais objetivos do Município é a promoção do desenvolvimento económico e social, de forma integrada e racional, no sentido da melhoria das condições de vida das populações e dos seus agentes económicos, pelo que a criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Económico, órgão consultivo e de apoio à decisão do Executivo Municipal, surge como uma alavanca de desenvolvimento competitivo e sustentável para a região. Para efeito com a criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Económico pretende-se promover a discussão de várias temáticas importantes para o Concelho, nomeadamente, para o tecido empresarial analisando de uma forma clara as atividades existentes e apontando as linhas estratégicas de investimento, de modo a melhorar as dinâmicas económicas do território.-----

-----Face ao exposto, os serviços propõem a criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Económico e a aprovação das normas de funcionamento do mesmo, em conformidade com a alínea a) do nº 7 do art.º 64º da lei nº 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5 A/2002, de 11 de janeiro, e remissão à Assembleia Municipal.-----

-----Propõe-se a aprovação nos termos propostos-----

-----Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos”.-----

-----Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da proposta em epígrafe, a

24-02-2012

qual foi aprovada por unanimidade, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pela Coligação “Odemira no Bom Caminho” e um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes trinta e dois membros da Assembleia Municipal.-----

----- **APROVAÇÃO EM MINUTA** -----

-----Nos termos do artigo nonagésimo segundo da Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro, foram aprovadas em Minuta todas as deliberações tomadas para que produzam efeitos imediatos, por unanimidade, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pela Coligação “Odemira no Bom Caminho” e um voto a favor do membro eleito pelo Bloco de Esquerda, quando estavam presentes trinta e dois membros da Assembleia Municipal. -----

----- **ENCERRAMENTO DA SESSÃO** -----

-----Não havendo mais nada a tratar, a senhora Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão era uma hora e quinze minutos, do dia vinte e cinco de fevereiro do corrente ano.-----

-----De tudo, para constar, se lavrou a presente ata que, nos termos da Lei, vai ser assinada pela senhora Presidente da Assembleia Municipal e pelo Primeiro Secretário.-----

-----A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,-----

----- O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, -----